

# Imagens de mulher:

a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século

Jane Soares de  
Almeida

Palavras-Chave: imprensa,  
magistério, mulher.

*Em São Paulo, nas primeiras décadas do século, desenvolveu-se um tipo de imprensa periódica que tratou de questões educacionais e era dirigido ao professorado, e outro destinado ao público feminino que, entre outros assuntos, discutia a educação e a instrução para as mulheres como meio de estas conquistarem maiores direitos. Esses dois tipos de imprensa fundiram-se, em alguns momentos, em reivindicações comuns e em outros, distanciaram-se em relação às expectativas e aos papéis sexuais a serem desempenhados pelos dois sexos. A análise desses dois tipos de imprensa permitiu uma reinterpretação do período desde os pontos de vista ali representados, ressaltando-se a emergência de um universo feminino até então encoberto na domesticidade.*



## Introdução

Dos finais do século XIX até os anos iniciais do século XX floresceu no Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, uma imprensa periódica editada sob a forma de jornais e revistas femininas e educacionais. As primeiras veiculavam uma imagética acerca do papel da mulher na sociedade e sua responsabilidade em educar crianças, adotando um discurso normatizador que alocava a homens e mulheres papéis sociais diferenciados e impregnados de significâncias acerca das atribuições masculinas e femininas. As segundas referiam-se exclusivamente ao campo educacional, nelas imperando um discurso reivindicatório acerca de melhores vencimentos aos professores públicos, não havendo referência explícita ao trabalho feminino no magistério apesar de, nesse período, as mulheres já serem maioria no ensino primário.

A convivência social propiciada pelo ambiente citadino da segunda metade do século XIX havia se fortalecido no período republicano. Os espaços da sociabilidade foram ocupados pela família e a vida modificou-se, estabelecendo um padrão de mulher frágil e abnegada, comportamento pregado inicialmente às moças de boa família para em seguida deslocar-se para as classes trabalhadoras. Essa norma comportamental feminina exaltava a virgindade, a submissão, o recato e as virtudes burguesas como norma a ser seguida, para que as mulheres se adequassem aos padrões exigidos por uma sociedade que se urbanizava rapidamente.<sup>1</sup>

O processo de urbanização promoveu alterações na posição social feminina, mas o domínio masculino continuou sendo determinante na organização vigente. O regime republicano somente instituiria um código civil em 1916, no qual o homem chefiava a família, administrava os bens, e autorizava o estudo e o trabalho feminino. O amparo legal era o que menos pesava nos comportamentos ditados pela herança portuguesa e derivados das tradições imutáveis desde os tempos da Colônia e que colocavam o homem no centro do universo social e doméstico. Neste último, a posição feminina ancorava-se principalmente na responsabilidade pela reprodução e criação dos filhos.

Apesar dos espaços abertos na nova sociedade urbanizada que emergia no cenário nacional pós-republicano, mais notadamente nos grandes centros, sendo o principal deles o Rio de Janeiro, capital do País, no Império e na República, para a mulher, o mundo da casa continuava sendo seu local por excelência. Alçada à categoria de *rainha do lar*, graças aos positivistas e higienistas, deveria dedicar-se integralmente à família e aos cuidados domésticos. O trabalho para as mulheres das classes média e dominante era permitido e aceito somente em casos excepcionais e necessidade extrema, como viuvez ou falência financeira, e seu destino era principalmente dirigido para a educação de crianças na escola, possivelmente a única opção que lhes era oferecida dentro da exigüidade das oportunidades profissionais e educacionais reservadas ao sexo feminino.

A República apresentaria uma imagem de mulher inspirada na filosofia comteana, a *mulher-mãe* com qualidades morais altruísticas, a fêmea humana, bondosa, redentora. Porém, a implantação do regime no País, em que pesem algumas mudanças sociais, não alterou o papel de subordinação feminina e as mulheres tiveram, inclusive, negado o direito ao voto pelo governo republicano. O principal argumento era que a inserção na vida política contaminaria a sua pureza e esta era necessária para manter o lar brasileiro longe das torpezas públicas.

De finais do século XIX até a primeira metade do século XX, o argumento nacional da domesticidade das mulheres foi veiculado por uma imprensa periódica educacional e feminina que exaltava seu papel no lar, e referendava o domínio social e familiar da parcela masculina, rejeitando as teses do movimento feminista que se disseminava principalmente na Europa e Estados Unidos, como se observa neste excerto de um artigo de Helena Castello Branco, em 1909, no *Jornal do Brasil*:

A mulher brasileira, como a portuguesa, não tem entusiasmo pelo feminismo. Não sonha a glória de concorrer com o homem no *struggle for life*. Ela sonha com uma vida mais plácida e serena, cheia de amor e poesia: cuidar dos seus lindos jardins, das suas recepções, das

<sup>1</sup> "Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho" (Rago, 1987, p. 62).

grandes festas, dos passeios à tarde pela Avenida e pela Rua do Ouvidor, e do lar, muito do lar, que enche de uma doce alegria, de carícias honestas aos filhos e esposo. (...) Deve-se afastar a mulher brasileira das doutrinas excessivas.<sup>2</sup>

Essa idéia de mulher que encontrava eco na mentalidade masculina já havia se veiculado desde a segunda metade do século XIX em alguns jornais, como o denominado *O Médico do Povo*, onde se afirmava que no Brasil:

As mulheres são em geral as mais amáveis de toda a terra, porque aos atributos do corpo reúnem a docilidade, a brandura, e mesmo a humildade; são fiéis, extremosas e boas mães de família; e quando a tudo isso se adiciona uma fina educação é a brasileira a melhor mulher do mundo (*O Médico do Povo*, 6/3/1864, p. 3).

O desenvolvimento da imprensa periódica educacional e uma imprensa periódica feminina nesse período significou uma forma de veicular idéias e costumes no País. Com um maior acesso à escolarização derivado do crescimento do espaço urbano, mais mulheres passaram a fazer parte do público-leitor, reproduzindo as ideologias e as representações divulgadas por essa imprensa, que também serviria para dar uma certa expansão aos sufocados sentimentos femininos que podiam revelar-se pelos meios literários.

Os jornais e as revistas femininas, que eram a forma mais elaborada dos primeiros, permitiram a emergência de um universo político e literário feminino que, por sua vez, permitiu uma maior visibilidade das mulheres. As reivindicações surgiram e possibilitaram a abertura de uma discussão que, transpondo as fronteiras do lar, alcançou o espaço público e mostrou que o sexo subordinado e até então confinado à domesticidade passava a exigir direitos e maior liberdade, o que modificou hábitos e costumes arraigados desde séculos.

Paralelamente, surgiu também uma imprensa periódica educacional, escrita e dirigida por homens, que ignorava as

diferenciações sexuais no ensino e referia-se aos professores e às professoras de uma maneira uniforme. A leitura desses periódicos mostra que havia poucas referências às questões de diferenciação sexual na educação e são raros os artigos que tratam disso explicitamente. Também são raras as professoras que foram mencionadas nos jornais e revistas ou tiveram sua foto registrada na contracapa, o que acontecia freqüentemente com os homens. Isso é digno de nota se atentarmos que em São Paulo do período republicano, a maioria feminina no magistério já era um fato: em 1889, o número de mulheres era maior do que os homens nas matrículas na Escola Normal (51 alunos e 64 alunas); em 1912, na Escola Normal da capital matricularam-se 172 rapazes e 768 moças e formaram-se nesse mesmo ano, 24 professores e 120 professoras (Dória, 1911/1912, p. 69-71).

A educação em São Paulo, em finais do século XIX, teve na revista *Escola Pública* sua principal veiculadora. No início do século XX, destacou-se a *Revista de Ensino*, publicada no período de 1902 a 1918 e dirigida ao professorado público paulista. Em 1925, apareceu a *Revista Escolar*, que circulou até 1927, seguida pela *Revista Educação*, que permaneceu de 1927 a 1961. A revista *Escola Nova* surgiria nos anos 30, representando a segunda fase da *Revista Educação* (Catani, 1989). Além dessas, na década de 40, *O Estudante* viveu um certo período como um órgão dedicado aos professores e alunos e o periódico *Formação – Revista Brasileira de Educação*, apesar de publicado no Rio de Janeiro, possuía uma sucursal em São Paulo, situada na Rua Senador Feijó, nº 183, 5º andar, encarregada de sua distribuição. Dessas revistas, apenas a *Revista de Ensino*, *O Estudante* e *Formação* fazem referências mais explícitas à condição feminina. As demais possuem um teor eminentemente pedagógico, abordando principalmente métodos e técnicas de ensino.

A imprensa escrita e dirigida por mulheres desenvolveu-se preferencialmente nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, embora haja informações de alguma divulgação em outros estados, num momento em que se redefiniam os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na sociedade brasileira. As campanhas abolicionista e republicana mais as

<sup>2</sup> A autora ainda observa que “a partir do final do século, entretanto, prospera a participação feminina em movimentos sociais e na organização da campanha sufragista, que ganhará impulso com a Grande Guerra. (...) A incipiente imprensa feminina ganhou fôlego. O jornal *O Sexo Feminino*, que atravessava dificuldades para manter-se no mercado desde 1875, ressurgiu em 1889 com o nome de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, alcançando no ano seguinte a circulação de 2.400 exemplares. *A Família*, fundada em São Paulo em 1888, transferiu-se para o Rio e *A Mensageira*, revista editada em São Paulo a partir de 1897, tinha entre seus leitores uma parcela da elite feminina carioca. (...) O debate intensificou-se, mas a propaganda feminista, embora ganhe adeptos, tem sua repercussão restrita às elites. Os valores conservadores neutralizam a influência internacional, ressaltando as peculiaridades culturais e a personalidade adversa da mulher brasileira” (cf. Araújo, 1993, p. 67).

idéias liberais vindas do continente europeu, largamente disseminadas no período, ensejaram discussões sobre os direitos das mulheres, sua educação e inserção social. As oportunidades educacionais, a partir da segunda metade do século, estavam expandindo-se e a imprensa européia chegava ao País e popularizava alguns ideais de emancipação e direitos de cidadania para o sexo feminino.<sup>3</sup> Essa imprensa foi fortemente influenciada pela imprensa internacional que se veiculava no País com uma certa periodicidade. Embora o Rio de Janeiro representasse o pólo cultural do País, a cidade de São Paulo de princípios do século já se estruturava como uma futura grande metrópole: em 1890 estava em terceiro lugar no País com 1.384.750 habitantes, logo depois de Minas Gerais e Bahia; em 1940, saltaria para o primeiro lugar com 7.239.711.<sup>4</sup>

O artigo “São Paulo de ontem e de hoje”, publicado na revista *Ella*<sup>5</sup> em abril de 1936, referia-se a uma cidade que, em 1902, denunciava a grande capital que viria a ser.

Os anos do pós-guerra trouxeram mudanças sociais e ir à Europa não era mais tão fácil para os membros da sociedade paulistana. O lançamento de revistas femininas dirigidas às senhoras ricas e elegantes tentou suprir o vazio causado pela ausência das estrangeiras. Escritas e dirigidas por membros da elite paulistana, com maioria de artigos de lavra masculina, essas revistas eram mundanas, leves e veiculavam valores burgueses. O imaginário masculino acerca da figura feminina prendia-se aos padrões tradicionais que nem o pós-guerra, nem as mudanças sociais intentaram diluir. Nelas se combatia o feminismo, que era considerado uma loucura de algumas mais afoitas, e o contrapunham à feminilidade, “qualidade que deveriam ter todas as mulheres”, classificando o movimento feminista europeu e norte-americano como um fator de desequilíbrio social. Esse desequilíbrio revelava-se ao inculcar nas mulheres idéias pouco apropriadas ao seu sexo e ao que delas se esperava em termos sociais e familiares, além de estar em oposição “à natureza espiritual do povo brasileiro”.

A imprensa feminina brasileira teve, no Rio de Janeiro, seu principal centro de desenvolvimento, embora outros estados tam-

bém possuíssem revistas escritas por mulheres. Em fins do século XIX, surgiu uma imprensa feminina dedicada aos interesses das mulheres, como: *O Bello Sexo* (1862); *Echo das Damas* (1879); *A Família* (1889); *O Jornal das Senhoras* (1852). Em Minas Gerais, Francisca Senhorinha da Motta Diniz publicou *O Sexo Feminino* (1873) e no ano seguinte surgiram *O Domingo* (1874), fundado por Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, e outro editado em Recife, *Myosótis* (1875), de Maria Heraclia.<sup>6</sup> Além desses, um periódico ilustrado de literatura e belas-artes, voltado para os interesses e direitos da mulher brasileira, foi publicado em Nova York em 1881, por brasileiras lá radicadas (cf. Bernardes, 1988; Hahner, 1981). Esses são os mais conhecidos e possivelmente podem ter surgido outros no território nacional que ainda não foram localizados, ou se perderam.

Em São Paulo, a revista *A Mensageira*, publicada de 1897 a 1900, foi fundada por Prisciliana Duarte de Almeida, a primeira mulher a fazer parte da Academia Brasileira de Letras. *A Revista Feminina*, também de São Paulo e editada de 1914 a 1936, foi a primeira grande publicação paulistana, tendo circulado por 22 anos e organizada por Virgílica de Souza Salles, da oligarquia paulista. Nela colaboraram Olavo Bilac, Coelho Neto, Menotti del Picchia, Júlia Lopes de Almeida e Prisciliana Duarte de Almeida, entre outros nomes de reputação no panorama literário brasileiro da época. Essas publicações apareceram como as duas principais revistas femininas do período e veicularam idéias de mulher no sentido de esta ser “combativa, corajosa, responsável pela procriação e educação dos futuros homens da nação, ou escritora, operária, advogada”.<sup>7</sup> Além dessas, surgiram algumas publicações menores, de duração efêmera como: *O Mundo Feminino*, de 1916; *A Voz Maternal* de 1903; *Ella*, publicada na década de 30; *Leque*, de 1887 e *A Violeta*, no mesmo ano. Estas revistas publicavam artigos referentes à emancipação feminina e à necessidade de as mulheres instruírem-se e educarem-se. Ao mesmo tempo, não exigiam o sexo feminino do “dever sagrado de mãe e da missão educativa da mulher.”

<sup>3</sup> “A partir de meados do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro presenciou o surgimento de uma infinidade de jornais e revistas dedicados à família e à mulher. Esse tipo de imprensa, meio de comunicação de grande importância na construção da esfera pública, dividiu com o livro o espaço das cestas de costura. No entanto esses jornais não se limitaram a difundir os romances da época sob a forma de folhetins. Dirigidos à família e especialmente à mulher – alvo de seu discurso e sua principal interlocutora – tornaram possível o desenvolvimento de um espaço cultural – através da imprensa – no qual a subjetividade originada na esfera íntima da família foi cada vez mais tematizada (...)” (Bicalho, 1989, p. 83).

<sup>4</sup> Em 1890, Minas Gerais era o estado mais povoado com 3.184.099 habitantes, seguido pela Bahia com 1.919.802 e São Paulo encontrava-se em terceiro lugar com 1.384.750 pessoas. Em 1940, São Paulo já estava em primeiro lugar com 7.239.711 habitantes, seguido por Minas Gerais com 6.798.647 e pela Bahia com 3.938.909. (Nobre, 1944, p. 20).

<sup>5</sup> *Ella*, revista feminina, quinzenal, ilustrada, em artigo de abertura do seu número 1, publicado em 15 de abril de 1936, de autoria de Mário Guastini, ex-diretor do *Jornal do Comércio*. A revista era dirigida a um público de elite, impressa em papel de excelente qualidade e tinha como intenção suprir o mercado editorial brasileiro, que buscava suas principais revistas na Europa desde os anos iniciais do século. Aparentemente, a revista fundada pelo Conde de Navásquez teve curta duração, pouco mais de um ano. Tinha principalmente modas parisienses, seção de cinema, arte, contos, poesias, jardinagem, conselhos de beleza e culinária entre outros.

<sup>6</sup> “Os títulos sucediam-se. Entre a moda e a literatura, duas incentivadoras da fantasia, a imprensa feminina brasileira caminhava. Com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todos metáforas da figura feminina, ou mencionando a mulher e seus objetos, tivemos no Rio, São Paulo e outras cidades, *A Camélia*, *A Violeta*, *O Lírio*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *O Beija-Flor*, *A Esmeralda*, *A Grinalda*, *O Leque*, *O Espelho*, *Primavera*, *Jornal das Moças*, *Eco das Damas* e assim por diante” (Buitoni, 1986, p. 40).

<sup>7</sup> Rago (1991, p. 79) considera que a *Revista Feminina*, “...embora tenha tido uma longa duração, isto é, cerca de 22 anos,

## A imprensa educacional: vozes masculinas

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, apesar do discurso dos educadores e intelectuais que buscavam nobilitar o magistério primário a este atribuindo características que mais o aproximavam de um sacerdócio ou de uma missão do que trabalho assalariado, é possível encontrar na imprensa escritos que demonstram que não somente os professores reclamaram veementemente dos baixos vencimentos da categoria, como procuraram organizar-se em associações para poder fazer frente às discussões salariais.

A situação profissional do professorado primário, nas décadas iniciais do século, apesar do propalado prestígio advindo do conhecimento intelectual do qual se julgavam portadores, não impedia que a categoria fosse extremamente mal-remunerada. Qualidades inerentes ao ato de ensinar como *amor à profissão, vocação, missão, dever sagrado, sacerdócio* eram propaladas como a principal qualificação profissional, assim como a importância da função social desempenhada pelos professores. Além de os professores não obterem consideração da comunidade como recompensa pelo trabalho importante e missionário que faziam, a categoria ainda encontrava resistências em algumas localidades: "...em muitas, a hostilidade é surda; e, em outras, ela é feita abertamente e se manifesta por denúncias anônimas ou por exigências, algumas vezes imprudentes dos chefes políticos aos poderes públicos".<sup>8</sup>

A imprensa denunciava que talvez aí residisse o desânimo que acabava por se abater sobre os professores e os impedia de se aperfeiçoar na profissão. Por isso, também, eram poucos os que se dedicavam com afinco ao ensino, o que era perfeitamente justificável, pois esse professor não encontra "...na sociedade em que vive aquele acatamento e aquele prestígio que merece, porquanto faltam ainda ao espírito público o alcance e o discernimento para determinar a posição social de um educador." (Camargo, 1912, p. 71).

Essa idéia de professorado devotado à educação e desenvolvendo um verdadeiro sacerdócio não eximia o fato de eles

desejarem ser bem-remunerados. Na ideologia do magistério como sacerdócio, estava implícita uma ambigüidade: era uma profissão que exigia vocação e deveria ser exercida como missão, porém a remuneração deveria ser compatível com a sua importância social. Nesta última, também se explicitava uma concepção de educação popular capaz de operar mudanças sociais e resolver os males da sociedade. Nessa concepção, além de a missão do mestre ser sagrada, também o era o aluno como depositário das esperanças da nação.

O discurso da exaltação do magistério para ambos os sexos impregnava as mentalidades acerca da profissão de professor e professora, pois havia realmente uma grande procura de Escola Normal pelos dois sexos, tanto que sua matrícula dependia de o candidato ser aprovado em exame de suficiência, perante uma banca de examinadores pertencentes ao corpo docente da escola. Esse exame, "...devido à extraordinária concorrência de candidatos, ganhou ultimamente os foros de verdadeiro concurso, por isso que, sendo limitado a 42 o número de lugares em cada 1º ano, só são aceitos à matrícula os 42 candidatos de cada sexo mais graduados em notas" (Pereira, 1902, p. 23).

Outra constatação de natureza mais objetiva é que a procura de Escola Normal também deveu-se à ausência de outros tipos de cursos que pudessem estar ao alcance do segmento médio que passava a freqüentá-lo e que via na educação uma forma de ascensão social. No caso feminino, a demanda centrava-se em ser o curso de formação de professores a única possibilidade de escolarização para as mulheres no período, dado que lhes era vedado o ingresso em curso superior.

Não resta dúvida que no panorama educacional brasileiro, o magistério sempre foi uma profissão desvalorizada em termos salariais e sociais em toda a sua história. Apesar de ainda existir uma certa crença a respeito dos áureos tempos em que ser professor ou ser professora era sinônimo de prestígio e poder, no Brasil, desde a época dos jesuítas, esta sempre foi uma profissão desvalorizada, principalmente na perspectiva da remuneração percebida.

A imprensa periódica educacional brasileira do período mostra uma categoria docente preocupada com os rumos da edu-

levando alguns a considerarem-na a primeira revista feminina de peso, sabemos que mesmo atingindo um número expressivo de leitores por todo o país, não chegou a constituir um movimento feminista propriamente dito nem levar as mulheres às ruas como ocorria com as sufragistas inglesas, ou com as ativistas norte-americanas, sempre elogiadas."

<sup>8</sup> Mais adiante, o articulista Gabriel Ortiz (1903, p. 206) comentava: "Quem, pois, para sua família garante o pão de amanhã? Como estancar dos olhos da tema esposa a lágrima que borbulha à hora do desespero? E a tranquilidade do lar, como restabelecer?"

cação no País e com a profissão, que estava perdendo o poder aquisitivo cada vez mais rapidamente. O professorado, que divulgava seu pensamento através dessa imprensa, acreditava no poder da educação como força renovadora e possuidora de um potencial transformador que, devidamente desenvolvido, seria determinante para impulsionar a nação no cenário internacional. Mesmo atribuindo ao magistério, no plano simbólico, uma sacralidade vocacionada, não descuidavam da idéia de que a profissão deveria ser bem-remunerada em vista da sua grande importância, o que era veementemente ressaltado na imprensa educacional. A tônica dessa imprensa consistia em denunciar a desvalorização social e salarial da categoria docente e a presença das mulheres, apesar de em maior número, nela passava praticamente despercebida. As revistas e jornais estavam em poder dos homens e foram raras as ocasiões em que as mulheres apareceram como autoras de artigos ou em que eram homenageadas, reservando-se aos professores do sexo masculino todas as honrarias.

## A imprensa e a educação feminina

Nas décadas iniciais do século XX, o Brasil continuava retrógrado no tocante à educação feminina. Apesar de haver uma Escola Normal nas várias unidades da Federação e esta ser freqüentada por moças desejosas de instruir-se e educar-se, o ensino era precário, não permitindo o prolongamento de estudos. A educação feminina, de marcada influência católica, processava-se principalmente nos colégios e internatos religiosos reservados às filhas das camadas privilegiadas. O pensamento conservador da Igreja Católica conseguia opor obstáculos à educação e profissionalização das mulheres, sob o argumento da necessidade de se preservá-las moralmente e mantê-las ao abrigo dos desvios de conduta que o excesso de instrução poderia possibilitar. A ideologia burguesa intentava mantê-las confinadas no espaço doméstico e essa domesticidade era desejada e preservada a todo custo. No entanto, há de se pensar que essas normatizações não foram aceitas na sua totalidade, e vozes

femininas, ao findar o século XIX, levantaram-se contra as mentalidades arraigadas havia décadas e que alocavam às mulheres uma posição secundária na hierarquia social. Uma hierarquia onde, sob o manto de um discurso regulador acerca dos papéis determinados a cada sexo, as mulheres estavam sempre em desvantagem do ponto de vista das relações de poder.

Há de se observar que, desde o século passado, a educação das meninas no Brasil destacava-se quase que exclusivamente pelas prendas domésticas e primeiras letras. No caso das meninas das camadas populares, na análise dos relatórios das professoras públicas no século XIX, há claras referências à pobreza das alunas e ao parco ensino a elas ministrado. Os pais dessas meninas, não raro, opunham-se a um tipo de instrução que ultrapassasse o socialmente aceito e "...entendem que não devem completar a educação de suas filhas, dizendo que não as querem para professoras." (cf. Manoel, 1988, p. 112). Educar essas jovens significava ensinar corte e costura, pois ler e escrever pouco lhes valeriam no futuro. Isso era o que, costumeiramente, se veiculava nessas camadas sociais. Para elas, bastaria a assinatura do nome e um pouco de leitura do missal, considerando-se perda de tempo que as meninas se dedicassem a aprender coisas que poderiam lhes ser prejudiciais e descuidassem do que era realmente importante, como cuidar da casa e dos filhos. As filhas da classe dominante recebiam um tipo de instrução semelhante, com o destaque de que às prendas domésticas eram acrescidas uma certa instrução artística, uma leve cultura literária e as normas de etiqueta essenciais para o convívio social. Sua educação, normalmente, processava-se nas residências e era dada por professores estrangeiros e brasileiros ou em escolas particulares. Para essa classe, a educação feminina era uma realidade aceita sem ressalvas, porém o grande problema eram as escolas. Esse panorama educacional manteve-se até meados do século XIX, quando os colégios católicos e protestantes passaram a abrir cursos femininos destinados às jovens dos estratos sociais elevados.

Na segunda metade do século XIX, começaram as primeiras manifestações femininas no plano político e ideológico, rei-

vindicando educação, instrução e privilégios sociais, como trabalho e profissão, além do acesso ao voto. Foi nessa época que surgiram publicações femininas em defesa desses direitos, um movimento que aconteceu no interior das classes médias e altas, liderado por mulheres letradas de maior poder aquisitivo, que pretendiam conseguir mais liberdade individual e social.

A imprensa feminina fortaleceu-se durante as contestações à Monarquia, e a partir da proclamação da República, em 1889, muitas mulheres, entre elas algumas professoras primárias, escreveram aos jornais reclamando por mais instrução feminina, mais escolas para as meninas e moças, o direito de exercerem uma profissão e a concessão do voto.

Os tempos republicanos e o final do século mostrariam uma mudança gradativa das mentalidades femininas. Apesar de ainda considerarem o lar como o seu verdadeiro espaço e o casamento sua garantia de felicidade, as mulheres principiavam a questionar esses princípios. Afinal, centenas de anos de dominação não seriam extintos tão facilmente, apesar dos novos valores políticos e sociais que se impunham no alvorecer do novo século. A intervenção feminina supunha-se capaz de uma ação moralizadora no seio da sociedade e serviria para manter a unidade da família e da Pátria. A função materna não seria mais apenas biológica, mas principalmente social e patriótica. Situava-se, nessa identidade, uma representação da mulher burguesa educada, que havia se radicado nas cidades, abandonando as distantes fazendas, sua antiga morada, e que agora transitava no espaço público e no mundo social e da política.

No ambiente urbano e industrializado em que as mulheres puderam dar os passos iniciais pela emancipação, que ainda demoraria a ser alcançada, sua educação revestia-se de grande importância. Isso porque, para atuar significativamente nessa nova sociedade, exigia-se uma nova mulher, capaz de reivindicar seus direitos e questionar os papéis sexuais naturalistas, porém não descuidando do trato materno e doméstico. Essa era a via, através da qual, poderiam conquistar o espaço público, valorizando seu trabalho no lar e pela sua grande responsabilidade de educar as futuras gerações. Ao reivindicar o

espaço público, ressaltavam a importância do privado na vida dos homens, revelando uma ambigüidade revestida de conflitos. Se, por um lado, aspiravam por direitos e liberdade, por outro, não alijavam da maternidade o qualificativo de verdadeira missão feminina, sobrepondo-se a esse “dever sagrado feminino” quaisquer outros desejos. Ao mesmo tempo, veiculava-se a idéia de que a competência no lar era determinante para a competência profissional e para a relevância da participação política e, para isso, a instrução impunha-se como a grande prioridade.

O desenvolvimento da imprensa feminina foi uma decorrência dessa ambigüidade e das tensões do período, configurando um momento em que o recato e a privacidade do mundo da casa passaram a ser expostos publicamente.

Para a aquisição de uma maior visibilidade para as mulheres e o reconhecimento de sua importância nos rumos da sociedade modernizada e urbanizada, o papel da imprensa feminina foi determinante. A divulgação que se deu aos anseios femininos mostrou que havia em todos os lugares uma insatisfação que necessitava ser sanada. O santuário do lar e a santificação da maternidade não eram questionados, mas sim os mecanismos de desigualdade que alocavam às mulheres papéis secundários no espaço público e as alijavam das instâncias de poder. Havia agora uma nova missão a ser cumprida, ou seja, trazer a público as necessidades femininas e proclamar sua não-aceitação dos papéis sexuais tradicionais. A emergência dessa nova mulher deveria vir acompanhada de uma educação adequada que a preparasse para os cuidados com o lar e lhe possibilitasse uma inserção no campo profissional.

Apesar disso, não foram poucos os que se opuseram à idéia de mulheres instruídas e profissionalizadas, principalmente os pertencentes ao catolicismo ultraconservador que via na ascensão feminina à instrução uma ameaça. Na época, os colégios católicos representavam o entrecruzamento de três forças sociais: a Igreja, o Estado e a Oligarquia. A imprensa católica, mantida pela Igreja e coerente com seu conservadorismo a respeito do sexo feminino, foi contundente na sua recusa em liberar a mulher pela via da instrução (Manoel, 1988, p. 112).

Na análise do pensamento veiculado pela imprensa educacional e feminina do período, não existem indicadores de um ideário que alocasse somente às mulheres o papel de educadoras da infância como aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos, através dos princípios apregoados pelo educador norte-americano Horace Mann desde o século XVIII. Nos discursos solenes transcritos na *Revista de Ensino*, estes são dirigidos sempre aos “senhores professores e senhoras professoras, caríssimos alunos e alunas”, o que permite afirmar que havia homens no magistério do ensino primário e da Escola Normal. As fotos da época mostram, inclusive, um número significativo de professores normalistas nas sessões solenes e presentes nos álbuns de formatura. Porém, as mulheres, desde o princípio, foram maioria no ensino.

A demanda da Escola Normal pelo segmento feminino foi um processo que não passou despercebido pelos órgãos oficiais ao constatarem que no Brasil acontecia o mesmo que no exterior. Atribuía-se essa procura a uma verdadeira vocação para o magistério e a necessidade, para milhares de moças, de um meio de habilitação que garantisse a subsistência e certa autonomia financeira. Isso é possível verificar-se no Parecer elaborado sobre a educação pública, em 12 de janeiro de 1918, quando Sampaio Dória (p. 283), referindo-se às Escolas Normais, assinalou que vinha daí, “...a necessidade que tem o Estado de transformar maior parte delas em escolas exclusivamente femininas, deixando algumas mistas. Educaríamos assim maior número de moças para o magistério, o que só poderá trazer vantagens para o ensino e para a educação das moças paulistas, que não têm no Estado outros estabelecimentos de ensino secundário para se educarem”.

O grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar. No entanto, o imbricamento dos atributos de missão, vocação ou sacerdócio com o desempenho da docência não se referia apenas às mulheres, mas ao professorado de um modo geral. Professores e professoras estavam imbuídos do “dever sagrado” de conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, que, por sua vez, levariam ao progresso da nação.

Ao se chegar ao final da primeira metade do século, apesar de algumas conquistas e de a feminização do magistério já possuir um caráter irreversível, algumas vozes masculinas dissonantes a respeito de a profissão estar sendo exercida por mulheres também se fizeram ouvir. A revista educacional *Formação*, publicada no Rio de Janeiro e com sucursal em São Paulo, referia-se ao 1º Congresso Nacional de Saúde Escolar e a uma moção dirigida ao Sr. Presidente da República, em 5 de maio de 1941, sobre a escola enquanto veículo propagador da higiene, na manutenção e restauração da saúde da infância e da adolescência. Considerava-se que o professor era o agente determinante para tornar o meio escolar propício a todas as intervenções de ordem higiênica e médica, sendo mesmo o elemento decisivo para a efetivação da educação sanitária. Portanto, assegurava-se que as escolas de formação do professorado primário deveriam atrair mais homens aos seus quadros, melhorando as condições técnicas e econômicas desses “plasmadores de nacionalidade”, dado que o magistério deveria ser para o professor “antes um sacerdócio que um calvário”. Afirmava-se ainda que se o magistério se tornasse uma profissão melhor remunerada, o professor primário brasileiro teria elevado o seu prestígio por uma consideração oficial que ainda não possuía, e as escolas atrairiam os elementos masculinos, absolutamente necessários a uma obra de educação completa, visto que o professor masculino, mais experimentado na luta pela vida, disporia de maiores recursos para exercê-la.

A intenção de alojar novamente as mulheres no lar tinha como principal argumento a família e a certeza de sua desagregação se estas continuassem exercendo o trabalho fora do espaço doméstico. Veiculava-se uma imagética onde transparecia o desejo de se preservar a domesticidade a todo o custo. Nesse ponto de vista, qualquer profissão, além de retirar as mulheres do “recesso sagrado do lar”, apresentava um outro aspecto negativo que era o de impedir novos casamentos pois, a cada mulher que ocupava um emprego, este deixava de ser atribuído para o homem que, por tal motivo, não se casava. Asseguravam que a independência econômica feminina daria às mulheres uma



situação de liberdade que as poderia iludir e acovardar perante os encargos do matrimônio e as faria querer limitar, senão eliminar o número de filhos. Além disso, a mulher solteira poderia sentir-se feliz com a liberdade e a autonomia financeira conseguida por uma profissão e por isso rejeitaria o casamento, o que representaria um risco social para o País, que precisava de homens fortes para o seu desenvolvimento.

Porém, o magistério já havia se alicerçado em definitivo como trabalho feminino e representou uma das primeiras conquistas das mulheres em adquirir independência financeira e maior liberdade pessoal, ainda que restrita aos padrões sociais vigentes e normatizada pela religião católica e pelas relações de poder entre homens e mulheres.

### Considerações finais

A análise da imprensa periódica educacional e feminina não revela a feminização do magistério como resultado de reiteradas reivindicações das mulheres em ocupar um espaço profissional. O teor do seu conteúdo mostra o Brasil como um País omissivo em relação à educação feminina e resistente à sua saída do espaço doméstico. Transparece, nessa imprensa, uma masculinidade imposta à sociedade como modelo padrão por excelência e homens dirigindo a nação e a vida das mulheres. Também pode-se ler nas entrelinhas um avanço sutil das mulheres em direção a um espaço profissional, avanço que poderiam conquistar sem lutas inglórias e desgastantes e que lhes permitia manter o casamento como suprema aspiração de suas vidas. Se, a princípio, a educação lhes fora vedada e considerada como inútil para o que delas se esperava, exercer o ofício de ensinar representou os primeiros passos de sua inserção no mundo do trabalho.

O acesso à profissionalização, representada pelo magistério, fez-se naturalmente, causado por uma certa abertura de uma sociedade que se modificava cultural e economicamente. A ida do contingente feminino ao magistério significou a necessidade da contribuição feminina no espaço de uma organização familiar que, mesmo ainda patriarcal, mostrava os princípi-

os de mudanças no interior dos lares. O magistério era a alternativa possível para suprir as necessidades econômicas, embora esta fosse abrandada e disfarçada através do apelo da missão e da vocação. Ser professora significava, além do trabalho remunerado, apropriar-se de uma cultura e de conhecimentos necessários para a vida e isso não se deu sem resistência da parcela masculina dominante, por mais que se tente afirmar que a ocupação do magistério foi uma concessão dos homens às mulheres.

O magistério, com as aberturas tornadas possíveis por uma certa mudança nas mentalidades, não foi tão facilmente acessível às mulheres, como sempre se acreditou. O trabalho feminino no magistério primário também significou o resultado de lutas do contingente feminino no rumo de sua profissionalização e constituiu-se como ponto de partida para outras profissões e um primeiro passo rumo ao caminho da liberdade pessoal. Sua feminização não contribuiu para a sua desvalorização pois, apesar do prestígio advindo do trabalho intelectual num País de iletrados, a profissão, exercida por homens ou mulheres, nunca contou com remuneração adequada.

A análise da imprensa periódica educacional e feminina permitiu a emergência de mulheres subjugadas pela supremacia masculina, realizando esforços para ocupar lugares na vida social e no mundo do trabalho. Ao acatarem o discurso da domesticidade e aplicá-lo ao exercício do magistério, conseguiram ocupar um espaço que lhes permitiu, posteriormente, um maior engajamento profissional. Enquanto a imprensa educacional que tratava de assuntos a elas diretamente relacionados, as ignorava como sujeitos históricos exercendo uma profissão, a imprensa feminina permitiu que sua presença fosse realçada, mesmo acobertando o discurso masculino de destiná-las apenas aos cuidados com o mundo da domesticidade.

Os periódicos femininos, escritos e dirigidos por mulheres pertencentes às classes privilegiadas, constituíram uma vanguarda que se arrogou a prerrogativa de questionar a ordem social e as estruturas culturais que normatizavam sua vida e seu destino. Houve momentos em que se fundiu com a imprensa educacional em reivindicações comuns, aliando-se nas reclamações e denúncias. Existiu também a contrapartida e dis-

tanciaram-se quando as propostas femininas se afastaram do discurso normativo vigente, revelando o conservadorismo do qual se revestia a educação e a dominação masculina nesse campo. Porém, entre as próprias mulheres, nunca houve unanimidade a respeito de questões feministas e até mesmo educacionais. Na realidade, as mulheres que participaram ativamente do espaço público que a imprensa possibilitava ocupar, eram exceções no universo feminino da época e representavam uma elite letrada, de melhor poder econômico, com acesso aos bens culturais e materiais da sociedade.

A imprensa brasileira educacional e feminina mostra o Brasil como um País pouco preocupado em relação à educação das mulheres e resistente à sua saída do espaço doméstico. Transparece, na imprensa educacional, uma masculinidade construída e imposta à sociedade como modelo pa-

drão por excelência e homens dirigindo a nação e a vida das mulheres. Mas também é possível ler nos “espaços em branco” um avanço sutil das mulheres em direção a um campo profissional que poderiam conquistar sem lutas inglórias e que lhes permitiria manter preservada a maternidade, seu destino manifesto, e o mundo da casa como suprema aspiração. A imprensa feminina possibilitou romper com a invisibilidade, expôs sentimentos e aspirações, exibiu reivindicações e mostrou que estas eram justas, conseguindo assim que a Sociedade, eminentemente masculina da época, voltasse seu olhar para as necessidades femininas. Teriam aí se iniciado, no território brasileiro, algumas tímidas tentativas para as primeiras propostas da eliminação das desigualdades entre os sexos, já que a partir do magistério, novos espaços foram sendo gradativamente conquistados?

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Rosa M. B. *A vocação do prazer : a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro : Rocco, 1993.
- BERNARDES, Maria Thereza C. C. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro : século XIX*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1988.
- BICALHO, Maria Fernanda B. O bello sexo : imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de, BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebeldia e submissão : estudos sobre a condição feminina*. São Paulo : Vértice, 1989.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo : Ática, 1986.
- CAMARGO, José de Oliveira. O saber profissional. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 67-73, jun. 1912.
- CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz : um estudo sobre a Associação Beneficente do Professorado Público em São Paulo, 1902/1918*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.
- CASTELLO BRANCO, Helena. O feminismo no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1909. p. 7.
- DÓRIA, Sampaio. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 1911/1912.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 1918.
- GUASTINI, Mário. São Paulo de ontem e de hoje. *Ella*, São Paulo, v. 1, n. 1, abr. 1936.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas : 1850-1937*. São Paulo : Brasiliense, 1981.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina : os colégios das irmãs de São José de Chamberry, 1859/1919*. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

NOBRE, Freitas. Alguns milhares de romance de amor na praça mais romântica da Paulicéia. *O Estudante*, São Paulo, v. 3, n. 2, fev. 1944.

ORTIZ, Gabriel. Garantias ao professorado. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 205-209, ago. 1903.

PEREIRA, Antonio Rodrigues Alves. Garantias ao professorado. *Revista de Ensino*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 20-23, 1902.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os prazeres da noite : prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890/1930)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

SARMENTO, Euclides. A distribuição dos professores primários nos sistemas estaduais de educação. *Formação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 39, p. 68-74, out. 1941.

---

Recebido em 3 de junho de 1998.

Jane Soares de Almeida, doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Graduate School of Education, Harvard University, Estados Unidos, é docente do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Araraquara, São Paulo.

---

## Abstract

*In São Paulo, on the first decades of the century, it was developed a kind of periodic press that treated educational questions and was directed to the teacher and other destined for the feminine audience that among other topics, boarded to education and instruction for the women like a way to conquer largest dues. Sometimes, those two kinds of press merged in common assertions and other times were distanced in relation to the expectation and the sexual roles to be fulfilled by the two sexes. The analysis of these two kinds of press authorized a reinterpretation of the period from the points of view there proposed, emphasizing the emergence of a feminine universe until then hidden at home.*

Key-Words: press, teaching, women.

---